

Sistema de Protocolo e Controle de Processo
Relatório de Comprovante de Encaminhamento

N° Proc.: 2017/008313 15:35

Contribuinte	AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI - ME	CPF	13478610000147
Rua / Av	R. FARNESE MACIEL	Numero	465
Complemento		CEP	38700-178
Bairro	CENTRO		
Cidade	Patos de Minas - MG		
Tipo de Processo	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Assunto	LICITAÇÕES EM GERAL		
SubAssunto	APRESENTAÇÃO DE RECURSOS		
Contato	3822-2813 -		
Identificação			
Justificativa	APRESENTAÇÃO DE RECURSO		

Requerimento: ☐ Deferido ☐ Indeferido ☐ Arquite-se

Assinatura Requerente: _____

Fluxo do Processo

GERÊNCIA DE PROTOCOLO E INFORMAÇÃO

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG**



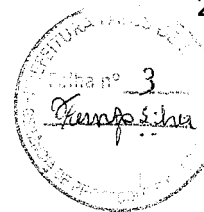
Concorrência nº 03/2017

Processo nº 148/2017

AGÊNCIA DOM QUIXOTE - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.478.610/0001-47, com sede na Rua Farnese Maciel, nº 465, Centro, Patos de Minas, MG, CEP 38700-178, neste ato representada por Vinicius Luiz Damiani, conforme contrato social, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente, **RECURSO E RESPECTIVAS RAZÕES**, em atenção ao disposto no item 13.1 do Edital e artigo 109, I, da Lei nº 8.666/93, pelas razões, fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

I – Da tempestividade

O recurso é tempestivo, pelo que protocolado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tendo em vista que a publicação da ata da sessão em que houve a desclassificação da Recorrente ocorreu apenas no dia 23/05/2017 (terça-feira) e, no dia 24/05/2017 (quarta-feira), foi feriado municipal. Assim, os dias úteis foram 25/05, 26/05, 29/05, 30/05 e 31/05, data deste protocolo, razão pela qual é manifesta a tempestividade do recurso.



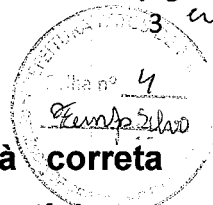
II – Razões de Recurso

Conforme se infere do Edital, trata-se de processo licitatório na modalidade concorrência objetivando a contratação de 01 (uma) Agência de Publicidade para a prestação de serviços técnicos de publicidade visando a elaboração de projetos e campanhas da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, adotando-se como **tipo/critério para julgamento o melhor técnica e preço.**

Ocorre que, na sessão realizada no dia 19/05/2017 (sexta-feira) para recebimento dos invólucros 1, 2, 3 e 4, a ora Recorrente e outras duas empresas licitantes foram indevidamente desclassificadas ao argumento de que teriam apresentado o invólucro 1 lacrados, descumprindo o item 8.2.1 do Edital, *in verbis*:

*Apresentaram propostas as empresas **FAST GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, representada pelo Sr. Fernando Pereira da Fonseca, **CLOUD COMUNICAÇÃO INTEGRADA**, representada pelo Sr. Rodrigo Maicow Silva, **LUME COMUNICAÇÃO EIRELI**, representada pelo Sr. Moisés Júnio Rosa, **INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA**, representada pelo Sr. Orestes Gonçalves de Oliveira, **LINK COMUNICAÇÃO AGÊNCIA DE PROPOGANDA LTDA**, representada pelo Sr. Gustavo Henrique Resende Vidal de Menezes, **FAZENDA COMUNICAÇÃO & MARKETING EIRELI**, representada pela Sra. Jane Karine Xavier, **AGÊNCIA DOM QUIXOTE – EIRELI**, representada pelo Sr. Vinicius Luiz Damiani, com os invólucros nº 02, 03 e 04 devidamente lacrados e o nº 01 aberto e protocolados dentro do horário estabelecido pelo Edital. A representante da empresa **FAZENDA COMUNICAÇÃO & MARKETING EIRELI**, solicitou a conferência quanto ao atendimento do subitem 8.2.1 do edital – INVÓLUCRO 1, pela qual foi verificado que três empresas apresentaram invólucro lacrado, **FAST GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, **AGÊNCIA DOM QUIXOTE – EIRELI** e **INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA** estando em desacordo com o exigido no edital (o invólucro deverá ser apresentado aberto). O representante da empresa **INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA**, Sr. Orestes Gonçalves de Oliveira ponderou “que o Setor de Protocolo lacrou os envelopes (invólucro 1) das três empresas desclassificadas e que anexou o envelope junto ao protocolo”. Visando a lisura do processo e com base no subitem 12.8.5 do edital, a CPL desclassifica as empresas que apresentaram INVÓLUCRO 1 lacrados. Portanto, a CPL suspende a sessão e abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, a contar a partir da publicação desta ata, e 05 (cinco) dias para apresentação de contrarrazões a partir do vencimento do prazo de recursos. Ficam os licitantes intimados da decisão da CPL, para apresentação de recursos e contrarrazões, por este ato constante da ata. Os envelopes dos licitantes de nº 01, 02, 03 e 04 ficarão sob o poder da CPL (...)*

Entretanto, a desclassificação, no caso concreto, partiu de



premissas fáticas e jurídicas equivocadas, contrárias à correta interpretação do Direito (regras e princípios) e em desprestígio ao interesse público primário em possibilitar a ampla concorrência, a competitividade, bem como a obtenção da contratação mais vantajosa, a partir de formalismos exagerados e atribuindo responsabilidade a quem não deu causa.

No caso concreto, não houve descumprimento, por parte da ora Recorrente, do item 8.2.1 do edital a atrair a aplicação da penalidade de desclassificação com fundamento no item 12.8.5 do mesmo Edital.

Isso porque, quando a Recorrente entregou a documentação no protocolo, o invólucro nº. 1 estava "sem fechamento e sem rubrica", grampo ou qualquer outro sinal ou elemento que pudesse haver identificação, exatamente como previsto no edital.

INVÓLUCRO N. 1

8.2. No invólucro n. 1, invólucro padronizado fornecido pela PREFEITURA, deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, de que trata o subitem 6.2, caput e inciso II, "a".

8.2.1. O invólucro n. 1 deverá estar sem fechamento e sem rubrica.

8.2.2. Para preservar, até a abertura do invólucro n. 2, o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o invólucro n. 1 não poderá:

I. Apresentar marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que, por si só, possibilite a identificação da licitante antes da abertura do invólucro n. 2

II. Estar danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.

ATENÇÃO: Recomenda-se cuidado no manuseio do invólucro n. 1, a fim de evitar que qualquer dano ou deformação venha a gerar, nos termos do subitem 12.8.2. o impedimento em participar desta licitação.

Aliás, a situação, excepcional, causou surpresa, uma vez que o invólucro n. 1 de mais duas empresas estavam lacrados, e também foram desclassificadas em razão do suposto descumprimento do item 8.2.1 do edital, tendo sido registrado em ata, prontamente, a seguinte irresignação,

Vinicius Silva



não refutada pela CPL¹:

"que o Setor de Protocolo do município de Patos de Minas lacrou os envelopes (invólucro 1) das três empresas desclassificadas e que anexou o envelope junto ao protocolo".

Ao que tudo indica, o servidor do protocolo, inadvertidamente, após estar de posse de toda a documentação, longe da presença dos licitantes, quando do acolhimento do invólucro nº 1, realizou o fechamento deste, de modo que a desclassificação das licitantes se mostra inquestionavelmente injusta, desarrazoada e ilegal, na medida em que não deram causa ao suposto descumprimento da citada formalidade.

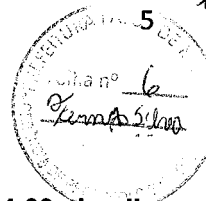
Portanto, se houve equívoco em lacrar o invólucro nº 1, ele foi praticado pela administração, e não pela Recorrente.

Se não fosse tudo isso, ainda assim, a desclassificação não merece prevalecer, porquanto a exigência de apresentar o invólucro aberto, por si só, não possui aptidão para macular a legitimidade do processo licitatório.

Em que pese o erro administrativo, mesmo estando lacrado o invólucro n. 1 não permite a sua identificação e muito menos enseja prejuízo a finalidade da licitação, porquanto, conforme afirmado alhures, não há marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento.

É de se ver, ainda, que a referida regra se mostra incoerente com o próprio edital, quando no preâmbulo, informa que haverá abertura do invólucro 1, na mesma data, às 14:30, não fazendo sentido, portanto, "abrir o que estaria aberto".

¹ Ademais, a CPL, caso queira, pode adotar a diligência prevista no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, que dispõe: *"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."*



“ENTREGA DOS INVÓLUCROS 1, 2, 3 e 4: até as 14:00 do dia 19/05/2017, no protocolo central da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, na Rua Dr. José Olympio de Melo nº 151, bairro Eldorado, 1º andar, Patos de Minas/MG, CEP:38.700-900.

ABERTURA DOS INVÓLUCROS 1 e 3: 19/05/2017 às 14h30min, na sala de Reunião de Licitações, Prefeitura Municipal de Patos de Minas, na Rua Dr. José Olympio de Melo nº 151, bairro Eldorado, 2º andar, Patos de Minas/MG, CEP:38.700-900.”

Em verdade, numa interpretação coerente e adequada da legislação de regência, princípios e regras, a disposição constante do item 8.2.1 do Edital, se revela excessiva, desproporcional e inválida, por violar a finalidade da licitação e restringir indevidamente a competição.

A propósito, vejamos a lição do saudoso Hely Lopes Meirelles:

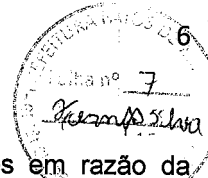
A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, por um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se aqui a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor será que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstante com o caráter competitivo da licitação. (Licitação e Contrato Administrativo, 9. ed., Ed. RT, p. 136).

De mais a mais, o art. 37, XXI, da Constituição Federal explicita o princípio da licitação, resguardando os princípios regentes, o que é reforçado pela Lei nº. 8.666/93 ao dispor que no edital não deverá constar exigências excessivas ou irrelevantes, pois que isso poderia limitar a competição:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades



cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de **qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifo nosso)

Assim, a exigência formal, por sua irrelevância, deve ser mitigada, em especial no caso dos autos, tendo em vista que o excesso de formalismo não deve prevalecer em detrimento da satisfação do interesse público primário de promover a ampla competição, mediante regras razoáveis, adequadas e objetivas, sob pena de frustrar a verdadeira finalidade da licitação: o atendimento ao interesse público primário de obter a contratação mais vantajosa para a administração pública.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais aduz que o excesso de formalismo deve ser relativizado em decorrência do princípio da razoabilidade no caso de mero erro formal, conforme se infere:

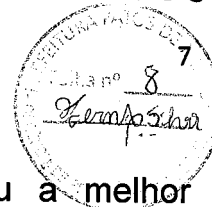
DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA - VÍCIO FORMAL - FORMALISMO EXACERBADO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

- Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam.

- Na busca da preservação do interesse público no procedimento licitatório, o descumprimento a qualquer exigência formal, certas vezes, por sua irrelevância, deve ser temperado pelo princípio da razoabilidade e bom senso, repudiando-se formalismos exacerbados.

- Demonstrado o direito líquido e certo da impetrante (empresa licitante inabilitada), na medida em que o formalismo excessivo na desclassificação da sua proposta por vício formal (erro material) não é consentâneo com o princípio da razoabilidade. Por consequência, a concessão da ordem para determinar seu prosseguimento no processo licitatório, em igualdade com os demais licitantes, é medida que se impõe. - Sentença confirmada. Recurso prejudicado. (TJMG - Reexame Necessário-Cv 1.0216.11.007938-3/002, Relator(a): Des.(a) Heloisa Combat, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 08/08/2013, publicação da súmula em 14/08/2013)

Como se vê, por qualquer ângulo que se analisa a questão,



verifica-se que a desclassificação objurgada não atendeu a melhor interpretação, seja do ponto de vista das premissas fáticas (a recorrente não deu causa ao erro) e jurídicas (excesso de formalidades irrelevantes), e, diante das peculiaridades, regras e princípios regentes, deve a Administração dispensar atenção adequada à questão: reconsiderar ou reformar a decisão de desclassificação.

III – Pedidos

Diante do exposto, sem maiores delongas, requer seja **reconsiderada** a decisão objurgada ou, se for o caso, **provido** o recurso para declarar a classificação da Recorrente, prosseguindo-se na licitação, sob pena de violação ao interesse público primário, por ensejar restrição indevida à competição, frustrar a finalidade de obter a melhor contratação, prestigiar formalidades excessivas e irrelevantes, ignorar erro administrativo, violar princípios e regras legais, a atrair responsabilidade.

Nesses termos,
Pede provimento.

Patos de Minas, 31 de maio de 2017.

AGÊNCIA DOM QUIXOTE - EIRELI – ME

<p>Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>				
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p>2305</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	091			ATO CONSTITUTIVO - EIRELI
		046	1	TRANSFORMACAO

Nº FCN/REMP

J163868404166

PATOS DE MINAS

Local

3 Outubro 2016

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO / / Data Responsável

☐ NÃO / / Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

/ / Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ / Data

Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ / Data

Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

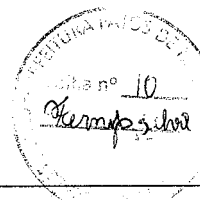
OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



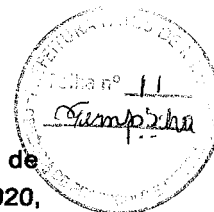
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/18

ATO DE TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA



VINICIUS LUIZ DAMIANI, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro, data de nascimento 12/01/1989, nº do CPF 099.443.996-20, documento de identidade MG-14.767.920, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA ANTONIO ROSA DA SILVA, número 171, APT 02, bairro / distrito ALTO LIMOEIRO, município PATOS DE MINAS - MINAS GERAIS, CEP 38.703-874, único sócio da sociedade AGENCIA DOM QUIXOTE LTDA - ME, NIRE 3121022306-1, CNPJ 13.478.610/0001-47, com sede e domicílio na RUA FARNESE MACIEL, número 465, bairro / distrito CENTRO, município PATOS DE MINAS - MINAS GERAIS, CEP 38.700-178 resolve transformar a sociedade limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A empresa adotará o nome empresarial de AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI.

Parágrafo Único: A empresa tem como nome fantasia AGENCIA DOM QUIXOTE.

Cláusula Segunda - O objeto será PRESTACAO DE SERVICOS DE AGENCIA DE PUBLICIDADE CONSIDERANDO-SE O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHA POR OBJETO O ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUACAO, CONCEPCAO, CRIACAO, EXECUCAO INTERNA E SUPERVISAO DA EXECUCAO EXTERNA, INTERMEDIACAO EDISTRIBUICAO DE PUBLICIDADE AOS VEICULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGACAO E OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na RUA FARNESE MACIEL, número 465, bairro / distrito CENTRO, município PATOS DE MINAS - MG, CEP 38.700-178.

Cláusula Quarta - A empresa iniciou suas atividades em 07/04/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital é R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

Cláusula Sexta - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Cláusula Oitava - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Nona - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



000586
Circular nº 12
Responsável

ATO DE TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Cláusula Décima - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

Cláusula Décima Primeira - Fica eleito o foro de PATOS DE MINAS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

PATOS DE MINAS, 3 de Outubro de 2016.

VINICIUS LUIZ DAMIANI

Titular/Administrador

ELEUSA APARECIDA RAMOS

OAB/MG:147.942

MÓDULO INTEGRADOR: 11

J163868404166



MG19163931

2/2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

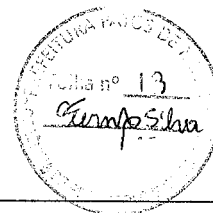
pág. 4/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal



Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI
999.643.176-20	ELEUSA APARECIDA RAMOS

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

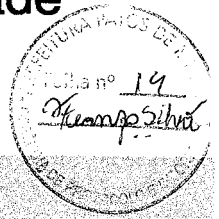
Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAvy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/18

Relatório Consulta Viabilidade

Protocolo: MGP1600369537



Dados do Requerente

Nome	CPF	E-mail	Telefone
ELEUSA APARECIDA RAMOS	999.643.176-20	CONTAGRO@CONTAGRO.NET.BR	3438214329

Resultado Geral da Viabilidade

Resultado	Data Cadastro	Data Validade
DEFERIDA	30/09/2016	29/12/2016

Objeto Social

PRESTACAO DE SERVICOS DE AGENCIA DE PUBLICIDADE CONSIDERANDO-SE O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHA POR OBJETO O ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUACAO, CONCEPCAO, CRIACAO, EXECUCAO INTERNA E SUPERVISAO DA EXECUCAO EXTERNA, INTERMEDIACAO E DISTRIBUICAO DE PUBLICIDADE AOS VEICULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGACAO E OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Dados da Analise de Nome

Resultado	Órgão Avaliador
RESERVADA	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome
AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI

Avaliação do CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS - CBMMG

Orientação

Ao concluir o processo de alteração de sua empresa, será necessário contatar a unidade do Corpo de Bombeiros responsável pelo atendimento ao seu município para reemitir o documento do seu empreendimento contendo os novos dados alterados.

O município de PATOS DE MINAS é atendido pela Unidade de Atendimento: 1ª PELOTAO/18ª CIA em PATOS DE MINAS

Endereço: RUA JOAQUIM DAS CHAGAS, 1445 - Bairro: LAGOA GRANDE - CEP: 38700-000
 Telefone:

Avaliação da VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - VISA

Resultado	Órgão Responsável
BRANCO	Vigilância Sanitária - VISA

Justificativa

Empreendimento dispensado de Alvará Sanitário por não oferecer risco à segurança sanitária.

Protocolo: MGP1600369537 Data de geração: 03/10/2016 10:29:04

1 / 3

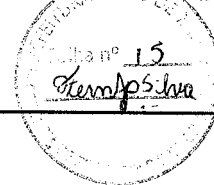


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAvy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pag. 6/18

**Documentação**

Não é necessária apresentação de documento específico na VISA.

Taxa

Não é necessário pagamento de taxa referente à VISA.

Orientação

Após a realização desta alteração, seu empreendimento estará dispensado de licenciamento sanitário, desde que não haja outra atividade auxiliar sujeita a licenciamento sanitário (Ex: Serviços relacionados a medicamentos e correspondentes, cosméticos, alimentos, produtos de limpeza, equipamentos e serviços de assistência à saúde). Se for este o caso, é necessário acessar o link do Sistema Integrado de Gestão da Vigilância Sanitária (SIGVISA), que será disponibilizado no site da JUCEMG, ao concluir o processo de alteração da sua empresa. Acessando o link supracitado, você estará automaticamente logado no SIGVISA.

Informamos que, caso necessário, seu usuário e senha no Sistema Integrado de Gestão da Vigilância Sanitária (SIGVISA), são CPF e CNPJ, respectivamente.

Caso seu empreendimento possua um Alvará Sanitário vigente, esta licença se tornará inválida após a realização desta alteração.

Avaliação da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS - SEMAD

Resultado

BRANCO

Órgão Responsável

Secretaria de Meio Ambiente - SEMAD

Classe

0

Justificativa

Empreendimento dispensado de regularização ambiental por não estar listado na Deliberação Normativa do COPAM nº 74/04 ou por possuir porte/impacto menor que o previsto nesta Deliberação Normativa.

Documentação

Não é necessária apresentação de documento específico na SEMAD.

Taxa

A taxa para emissão de Certidão de Dispensa é de R\$ 10,00, podendo ser cobrados ainda outros emolumentos de acordo com a Portaria Conjunta IEF/FEAM/IGAM nº 02, de 31 de maio de 2006.

Orientação

Ao concluir o processo de alteração de sua empresa, será necessário dirigir-se à Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM) responsável pelo atendimento ao seu município para emitir uma nova Certidão de Dispensa para seu empreendimento.

Caso seu empreendimento já possua uma Certidão de Dispensa, Autorização Ambiental de Funcionamento ou Licença Ambiental vigentes, o documento em questão se tornará inválido após a realização desta alteração.

A emissão da Certidão de Dispensa não o exime de obter junto aos órgãos ambientais competentes, caso necessário, os seguintes atos autorizativos:

1. Outorga para derivar, utilizar e intervir em recursos hídricos;
2. Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) para intervenção em área de preservação permanente e supressão de vegetação;
3. Anuência do órgão gestor para se situar no entorno de unidade de conservação do grupo de proteção integral ou em unidade de conservação do grupo de uso sustentável;
4. Inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, por meio do SICAR-MG, se localizado em propriedade rural.

Os empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente dispensados de licenciamento ou autorização ambiental no nível estadual poderão ser licenciados pelo município na forma em que dispuser sua legislação, ressalvados os de

Protocolo: MGP1600369537 Data de geração: 03/10/2016 10:29:04

2/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/18

**Orientação**

competência do nível federal (Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 74/04).

O município de PATOS DE MINAS é atendido pela Unidade de Atendimento: SUPRAMTM - SUP. REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DES. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO em UBERLANDIA

Endereço: PRACA TUBAL VILELA, 03 - Bairro: CENTRO - CEP: 38400-186
Telefone: 3432373765

Em caso de dúvidas, acesse www.meioambiente.mg.gov.br ou procure a unidade de atendimento da SEMAD informada acima.

Protocolo: MGP1600369537 Data de geração: 03/10/2016 10:29:04

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

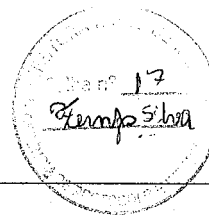
pág. 8/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo



Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

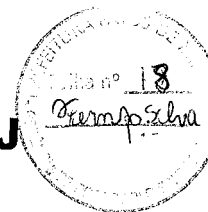
Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/18

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ



A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

CÓDIGO DE ACESSO
MG.19.16.39.31 - 13.478.610.000.147

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELINº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
13.478.610/0001-47

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

225 Alteração da natureza jurídica
220 Alteração do nome empresarial (firma ou denominação)
247 Alteração de capital social
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ PrepostoNOME
VINICIUS LUIZ DAMIANICPF
099.443.996-20

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

6. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/dbc.asp>

03/10/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

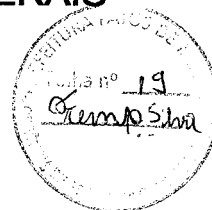
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



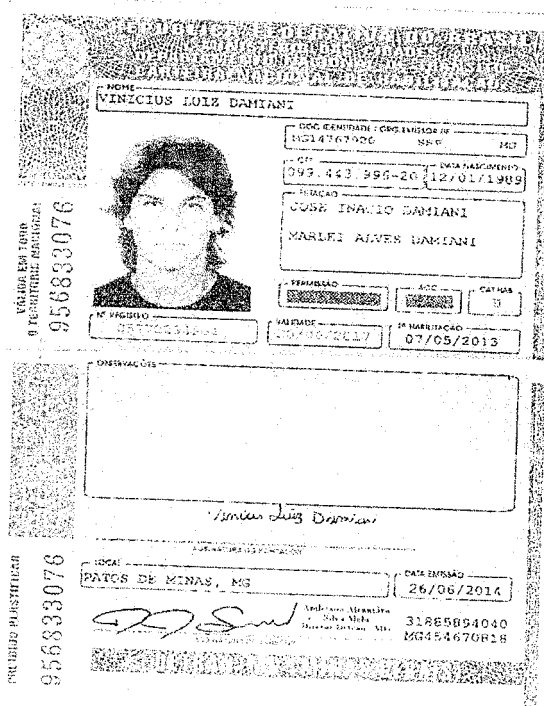
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/18

even



Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAvy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

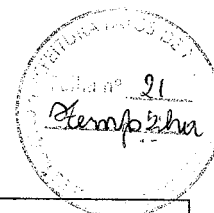
MARINELY DE PAULA BOMF
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1

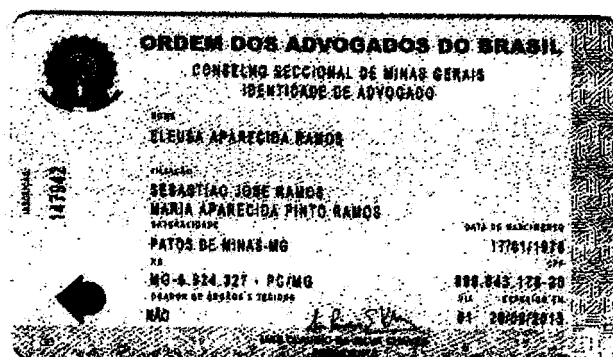
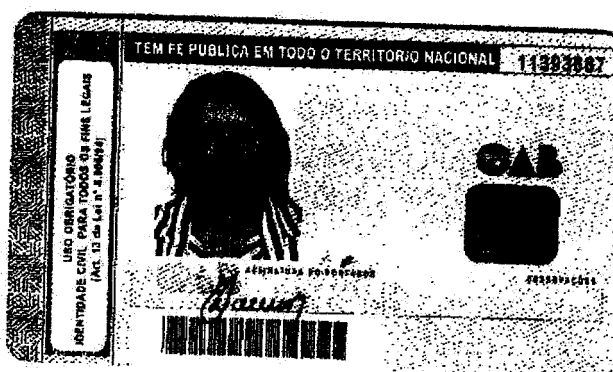
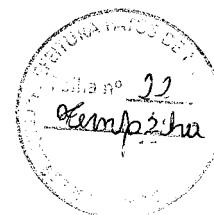


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAvy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

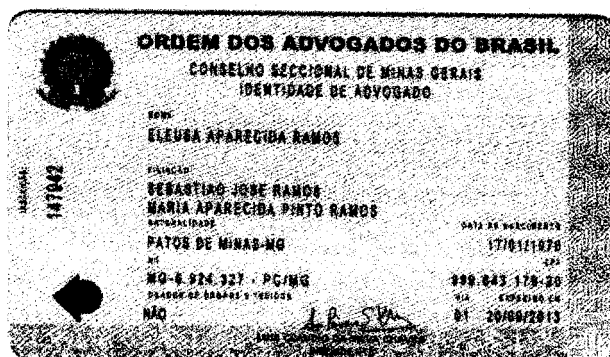
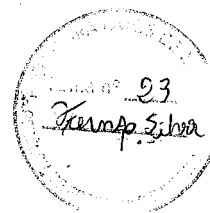
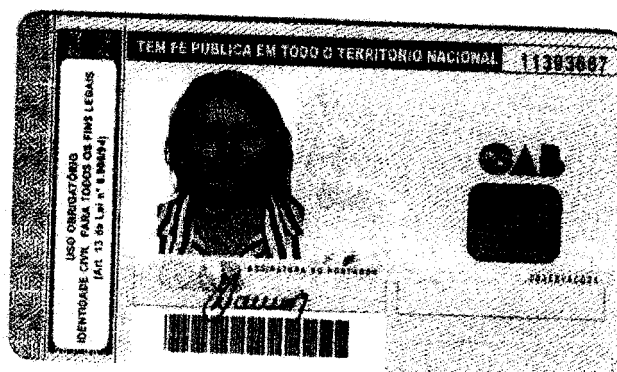
pág. 13/18



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

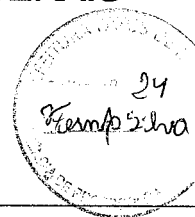
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/589.274-9	J163868404166	03/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
999.643.176-20	ELEUSA APARECIDA RAMOS
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Segunda-feira, 03 de Outubro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/18



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, de nire 3160035966-8 e protocolado sob o número 16/589.274-9 em 03/10/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 31600359668, em 05/10/2016. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI
999.643.176-20	ELEUSA APARECIDA RAMOS

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
999.643.176-20	ELEUSA APARECIDA RAMOS
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
099.443.996-20	VINICIUS LUIZ DAMIANI

Belo Horizonte. Quarta-feira, 05 de Outubro de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAVy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 17/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

000600



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.882.966-75	LAURA APARECIDA VIEIRA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 05 de Outubro de 2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600359668 em 05/10/2016 da Empresa AGENCIA DOM QUIXOTE - EIRELI, Nire 31600359668 e protocolo 165892749 - 03/10/2016. Autenticação: 9CEF7C1CABF6CBB6CABF63443D535F6F496F5C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/589.274-9 e o código de segurança PAvy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL